

Portobello

Sumário

Demonstrações Contábeis Intermediárias.....	1 a 18
Comentário do Desempenho Consolidado.....	19 a 28
Notas Explicativas.....	29 a 81
1 Informações gerais.....	29
2 Resumo das principais políticas contábeis	29
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas.....	41
4 Gestão de risco financeiro.....	43
5 Instrumentos financeiros por categoria.....	48
6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros	48
7 Instrumentos financeiros derivativos.....	50
8 Caixa e equivalentes de caixa	50
9 Contas a receber de clientes	50
10 Estoques.....	51
11 Tributos a recuperar.....	52
12 Créditos com outras pessoas ligadas	52
13 Depósitos judiciais	53
14 Recebíveis da Eletrobrás	53
15 Imposto de renda e contribuição social.....	54
16 Ativo tributário.....	57
17 Ativos contingentes.....	57
18 Investimentos.....	58
19 Imobilizado	59
20 Intangível	61
21 Fornecedores.....	62
22 Empréstimos e financiamentos	63
23 Parcelamento de obrigações tributárias	66
24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472).....	67
25 Impostos, taxas e contribuições	68
26 Provisões para contingências	68
27 Passivo contingente.....	70
28 Benefícios a empregados	71
29 Patrimônio líquido	72

Portobello S.A e empresas controladas

30	Receitas.....	73
31	Despesas por natureza.....	73
32	Outras receitas e despesas operacionais líquidas	74
33	Outros ganhos (perdas), líquidos	74
34	Resultado financeiro	75
35	Resultado de operações descontinuadas	75
36	Lucro por ação.....	76
37	Informações por segmento de negócio	77
38	Compromissos.....	77
39	Cobertura de seguros	78
40	Empresas ligadas e partes relacionadas.....	78
41	Fato relevante.....	80
42	Auditoria Independente – Instrução CVM Nº 381/2003	80
	Relatório de Revisão Especial.....	82
	Declaração dos Diretores sobre Informações Trimestrais e Relatório de Revisão Especial.....	85

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	615.104	611.465
1.01	Ativo Circulante	243.890	249.105
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.297	8.091
1.01.03	Contas a Receber	106.856	104.303
1.01.03.01	Clientes	106.856	104.303
1.01.04	Estoques	88.628	90.553
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.420	2.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.420	2.081
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	0	699
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.420	1.382
1.01.07	Despesas Antecipadas	698	399
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.991	43.678
1.01.08.03	Outros	40.991	43.678
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	477
1.01.08.03.02	Créditos com Controlada	37.306	38.405
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	2.111	2.894
1.01.08.03.04	Outros	1.574	1.902
1.02	Ativo Não Circulante	371.214	362.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	183.749	179.712
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.320	25.280
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.320	25.280
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	99.589	97.508
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.831	3.728
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	95.758	93.780
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.840	56.924
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.271	7.924
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	32.417	31.059
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.669	1.762
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	12.127	11.823
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.837	3.837
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	3.915	678
1.02.02.01	Participações Societárias	3.915	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.717	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	176.871	177.312
1.02.04	Intangível	6.679	4.658

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	615.104	611.465
2.01	Passivo Circulante	273.944	279.357
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.331	15.868
2.01.02	Fornecedores	95.544	97.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.744	24.555
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	28.744	24.555
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.346	63
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	21.004	20.731
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	6.394	3.761
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.796	79.600
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	70.796	79.600
2.01.05	Outras Obrigações	23.899	22.276
2.01.05.02	Outros	23.899	22.276
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	15.313	17.245
2.01.05.02.07	Dividendos Antecipados	1.580	0
2.01.05.02.08	Outros	7.006	5.031
2.01.06	Provisões	38.630	39.570
2.01.06.02	Outras Provisões	38.630	39.570
2.01.06.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	37.478	38.582
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	1.152	988
2.02	Passivo Não Circulante	247.111	250.318
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	35.753	39.354
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.753	39.354
2.02.02	Outras Obrigações	123.513	126.354
2.02.02.02	Outros	123.513	126.354
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	3.033	3.118
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	120.480	123.236
2.02.03	Tributos Diferidos	41.301	40.973
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.301	40.973
2.02.04	Provisões	46.544	43.637
2.02.04.02	Outras Provisões	46.544	43.637
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	4.620	4.620
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	41.924	39.017
2.03	Patrimônio Líquido	94.049	81.790
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-62.189	-73.738
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	43.014	42.304

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	139.384	118.781
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.667	-88.581
3.03	Resultado Bruto	39.717	30.200
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-20.530	-24.499
3.04.01	Despesas com Vendas	-19.107	-17.951
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.348	-3.172
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.912	1.151
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	3.172	1.151
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.260	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.224	-6.939
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.224	-6.009
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	-930
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.237	2.412
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.187	5.701
3.06	Resultado Financeiro	-3.926	-4.453
3.06.01	Receitas Financeiras	5.499	5.253
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.263	4.263
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	1.236	990
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.425	-9.706
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.425	-9.706
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.261	1.248
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.106	375
3.08.01	Corrente	-3.818	-315
3.08.02	Diferido	-288	690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.155	1.623
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.155	1.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07015	0,01021
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07015	0,01021

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	11.155	1.623
4.02	Outros Resultados Abrangentes	710	366
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-394	-395
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.104	761
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.865	1.989

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	12.836	-2.047
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.750	7.411
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	15.261	1.248
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.025	3.933
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-3.237	-2.412
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	281	246
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	85	-705
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	63	-335
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.958	-137
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	1.145	1.158
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.506	0
6.01.01.10	Outras Provisões	305	602
6.01.01.11	Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	-116	-5
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-1.358	-1.324
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-304	-281
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.974	-2.262
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	2.928	3.874
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	1.113	256
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	2.216	3.575
6.01.01.18	Outros	853	-20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.415	-4.727
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-2.964	5.627
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-1.821	396
6.01.02.03	(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	0	191
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	1.840	-5.612
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-8	-102
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-345	-55
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Ativos Não Circulantes	117	-53
6.01.02.08	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	-2.037	-3.520
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	783	-207
6.01.02.10	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-5.411	-2.850
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	3.035	2.140
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	-682	-525
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	163	-55
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulante	-85	-102
6.01.03	Outros	-4.499	-4.731
6.01.03.01	Juros Pagos	-2.262	-3.725
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.237	-1.006
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.629	8.330
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-3.487	-1.970
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-2.118	-3
6.02.03	Dividendos Recebidos	2.057	10.567
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	-81	-264

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.001	13.610
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	5.813	47.497
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-17.814	-27.696
6.03.03	Captação/(Pagamento) de Empresas Ligadas	0	-6.191
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.794	19.893
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.091	8.719
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.297	28.612

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.549	710	12.259
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.155	0	11.155
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	394	710	1.104
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	394	-394	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.104	1.104
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-62.189	43.014	94.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-99.661	47.301	60.864
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-99.661	47.301	60.864
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.018	366	2.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.623	0	1.623
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	366	761
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	761	761
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-97.643	47.667	63.248

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	178.463	150.877
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	174.401	148.591
7.01.02	Outras Receitas	4.125	1.951
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-63	335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-90.609	-84.085
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.667	-61.529
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.950	-22.566
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	8	10
7.03	Valor Adicionado Bruto	87.854	66.792
7.04	Retenções	-4.025	-3.933
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.025	-3.933
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	83.829	62.859
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.889	9.042
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.237	2.412
7.06.02	Receitas Financeiras	9.652	6.630
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	96.718	71.901
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	96.718	71.901
7.08.01	Pessoal	24.264	22.201
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.603	18.992
7.08.01.02	Benefícios	2.111	1.815
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.550	1.394
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	44.495	34.532
7.08.02.01	Federais	24.345	17.263
7.08.02.02	Estaduais	20.025	17.122
7.08.02.03	Municipais	125	147
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.804	13.545
7.08.03.01	Juros	14.838	12.013
7.08.03.02	Aluguéis	1.966	1.532
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.155	1.623
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.155	1.623

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	579.481	575.502
1.01	Ativo Circulante	214.400	215.923
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.987	10.065
1.01.03	Contas a Receber	112.132	107.867
1.01.03.01	Clientes	112.132	107.867
1.01.04	Estoques	88.628	90.553
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.023	2.682
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.023	2.682
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	452	1.152
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	1.571	1.530
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.776	491
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.854	4.265
1.01.08.03	Outros	2.854	4.265
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	975	1.685
1.01.08.03.04	Outros	1.879	2.580
1.02	Ativo Não Circulante	365.081	359.579
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	180.495	176.563
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.320	25.280
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.320	25.280
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	95.758	93.780
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	95.758	93.780
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.417	57.503
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.308	7.961
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	32.417	31.059
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	1.669	1.762
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	12.127	11.823
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	3.837	3.837
1.02.01.09.08	Outros	1.059	1.061
1.02.02	Investimentos	215	215
1.02.02.01	Participações Societárias	215	215
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	215	215
1.02.03	Imobilizado	177.602	178.052
1.02.04	Intangível	6.769	4.749

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	579.481	575.502
2.01	Passivo Circulante	240.538	245.403
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.368	16.780
2.01.02	Fornecedores	96.254	97.980
2.01.03	Obrigações Fiscais	31.307	26.627
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.307	26.627
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.208	541
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	22.008	21.773
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	7.091	4.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.796	79.600
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	70.796	79.600
2.01.05	Outras Obrigações	23.622	23.401
2.01.05.02	Outros	23.622	23.401
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	15.413	17.325
2.01.05.02.07	Outros	8.209	6.076
2.01.06	Provisões	1.191	1.015
2.01.06.02	Outras Provisões	1.191	1.015
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	1.191	1.015
2.02	Passivo Não Circulante	244.883	248.301
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.626	40.210
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.626	40.210
2.02.02	Outras Obrigações	125.026	128.056
2.02.02.02	Outros	125.026	128.056
2.02.02.02.04	Plano de Previdência Privada	3.033	3.118
2.02.02.02.05	Parcelamento de Obrigações Tributárias	121.993	124.938
2.02.03	Tributos Diferidos	41.301	40.973
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.301	40.973
2.02.04	Provisões	41.930	39.062
2.02.04.02	Outras Provisões	41.930	39.062
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	41.930	39.062
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	94.060	81.798
2.03.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.03.02	Reservas de Capital	267	267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-62.189	-73.738
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	43.014	42.304
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	11	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	149.993	127.699
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.501	-88.496
3.03	Resultado Bruto	50.492	39.203
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-29.314	-32.133
3.04.01	Despesas com Vendas	-22.486	-21.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.484	-4.190
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.152	256
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.412	256
3.04.04.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-1.260	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.496	-6.947
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-2.496	-6.017
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	0	-930
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.178	7.070
3.06	Resultado Financeiro	-3.981	-4.388
3.06.01	Receitas Financeiras	5.554	5.480
3.06.01.01	Receitas Financeiras	4.318	4.490
3.06.01.02	Varição Cambial, Líquida	1.236	990
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.535	-9.868
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.535	-9.868
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.197	2.682
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.039	-996
3.08.01	Corrente	-5.751	-1.686
3.08.02	Diferido	-288	690
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.158	1.686
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-59
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.158	1.627
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.155	1.625
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	2
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,07015	0,01022
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,07015	0,01022

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.158	1.627
4.02	Outros Resultados Abrangentes	710	366
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-394	-395
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.104	761
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.868	1.993
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.865	1.991
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3	2

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.542	103
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.632	11.096
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	17.197	2.682
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.035	3.951
6.01.01.04	Varição Cambial Não Realizada	393	-61
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	51	-728
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	217	-352
6.01.01.07	Provisão para Contingências	1.929	-131
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	1.278	1.335
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	1.777	0
6.01.01.10	Outras Provisões	305	602
6.01.01.11	Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	-116	-5
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-1.358	-1.324
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-304	-281
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.974	-2.262
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	2.979	3.956
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	1.115	256
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	2.255	3.478
6.01.01.18	Outros	853	-20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.069	-4.781
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-4.831	4.869
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	-1.802	267
6.01.02.03	(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	0	191
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	1.874	-5.120
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-626	588
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-347	-61
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Ativos Não Circulantes	117	-53
6.01.02.08	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	-1.821	-3.030
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	710	-187
6.01.02.10	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-5.689	-3.043
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	3.153	1.030
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Trabalhistas	-692	-709
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	-30	-363
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar Não Circulantes	-85	840
6.01.03	Outros	-6.021	-6.212
6.01.03.01	Juros Pagos	-2.262	-3.725
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.759	-2.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-5.605	-1.973
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-3.487	-1.970
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-2.118	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.001	19.815
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	5.813	47.511
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-17.814	-27.696
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-14	-11

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.078	17.934
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.065	12.802
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.987	30.736

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-73.738	42.304	81.790	8	81.798
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.549	710	12.259	3	12.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.155	0	11.155	3	11.158
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	394	710	1.104	0	1.104
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	394	-394	0	0	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.104	1.104	0	1.104
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-62.189	43.014	94.049	11	94.060

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	112.957	267	0	-99.699	47.301	60.826	10	60.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	112.957	267	0	-99.699	47.301	60.826	10	60.836
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.020	366	2.386	2	2.388
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.625	0	1.625	2	1.627
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	366	761	0	761
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0	0	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	761	761	0	761
5.07	Saldos Finais	112.957	267	0	-97.679	47.667	63.212	12	63.224

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	188.486	159.207
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	186.613	158.883
7.01.02	Outras Receitas	2.090	-28
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-217	352
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-92.562	-85.908
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-72.501	-61.305
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.069	-24.556
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	8	12
7.02.04	Outros	0	-59
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	0	-59
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.924	73.299
7.04	Retenções	-4.035	-3.951
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.035	-3.951
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	91.889	69.348
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.708	6.858
7.06.02	Receitas Financeiras	9.708	6.858
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	101.597	76.206
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	101.597	76.206
7.08.01	Pessoal	25.671	23.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.822	20.280
7.08.01.02	Benefícios	2.227	1.931
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.622	1.468
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.826	37.149
7.08.02.01	Federais	27.667	19.868
7.08.02.02	Estaduais	20.025	17.122
7.08.02.03	Municipais	134	159
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.942	13.751
7.08.03.01	Juros	14.949	12.183
7.08.03.02	Aluguéis	1.993	1.568
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.158	1.627
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.155	1.625
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3	2

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 1T12

A Portobello S.A. (BM&FBOVESPA - código: PTBL3), líder no segmento de revestimentos cerâmicos na América Latina, listada na BOVESPA desde 1991 e no Novo Mercado desde 2008, apresenta seus resultados do trimestre findo em 31 de março de 2012. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o primeiro trimestre de 2011 e 2010.

DESTAQUES 1T12

- Receita Líquida atingiu R\$ 150 milhões superando em 17% o mesmo período de 2011;
- A Receita de Vendas do Mercado Interno cresceu 18% em relação a 2011. O desempenho foi 10% superior ao índice setorial – ABRAMAT – que cresceu 8%;
- O Lucro Bruto cresceu 29%, atingindo R\$ 50 milhões com uma margem bruta de 34%, 3 p.p. acima de 2011;
- O Lucro Operacional (EBIT) atingiu 22 milhões, 180% superior ao mesmo período de 2011;
- A Geração de Caixa (EBITDA) totalizou R\$ 26 milhões, registrando um crescimento de 122% em relação a 2011;
- Lucro Líquido de R\$ 11 milhões, representando 7% em relação da Receita Líquida;
- A relação Dívida Líquida / EBITDA reduziu 22,9% quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo o múltiplo de 2,7.

Mensagem da Administração

A Portobello S.A. apresentou excelente resultado no primeiro trimestre de 2012 em função do crescimento das vendas e aumento de margens. O bom momento da construção civil brasileira potencializou os efeitos de medidas adotadas pela Administração, tais como: (i) terceirização da produção de produtos de menor margem; (ii) continuidade dos planos de redução de custos e perdas fabris; (iii) crescimento das vendas nas lojas Portobello Shop que apresentam mix e rentabilidade crescentes; (iv) limitação crescente da exportação, cada vez mais focada nos países e produtos de melhor rentabilidade; e (v) redução de capital de giro, fruto do estoque otimizado ao longo dos últimos meses, refletindo em ganhos de margens operacionais e na rentabilidade líquida da Companhia.

As medidas adotadas resultaram no 1T12 um crescimento de 17% da receita líquida consolidada, totalizando 150 milhões que somada às melhorias operacionais adotadas, resultaram também em ganho de margem EBITDA, que atingiu um valor de R\$ 26 milhões sendo 122% superior ao mesmo período de 2011. O lucro líquido no valor de R\$ 11 milhões foi 586% superior ao mesmo período de 2011.

A continuidade no crescimento do Mercado Interno fez com que a empresa mantivesse seu foco nesse mercado. O desenvolvimento de novos produtos, o crescimento dos investimentos, uma agressiva atuação comercial, foram traduzidos em ganho de “*market share*” face a um crescimento de vendas de 18% enquanto o setor cresceu 8%. Esse desempenho consolida a posição da Portobello como líder em inovação e design e contribuiu para ratificar o bom momento que vive a empresa.

Os ajustes operacionais colocados em práticas nos últimos trimestres criaram condições ideais superando os desafios logísticos enfrentados em 2011 e minimizando as despesas comerciais extraordinárias. Na área administrativa houve um incremento de 31% quando comparado com 2011 em função dos gastos relacionados à possível fusão com a Eliane S.A.

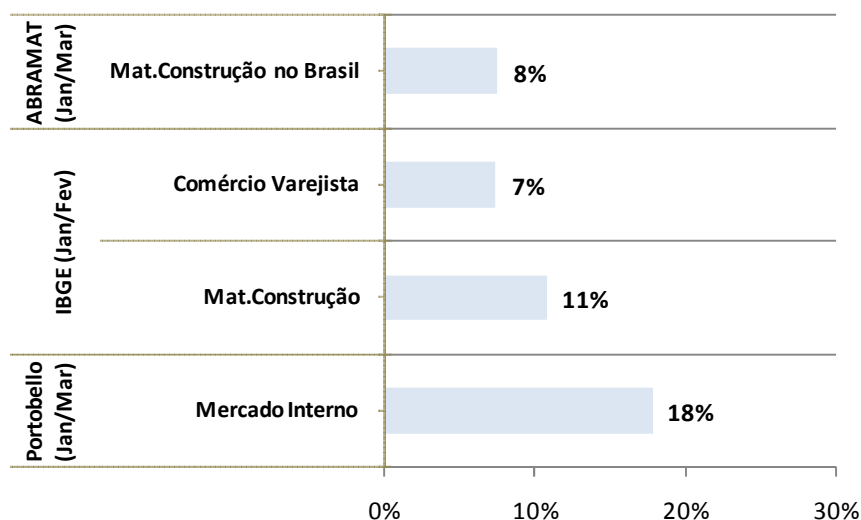
Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, com o crescimento do lucro operacional bruto, a Companhia apresentou resultado antes dos juros e impostos (EBIT) de R\$ 22 milhões, 180% superior a do 1T11, fruto da diminuição dos gastos extraordinários e não recorrentes ocorridos em 2011. A Companhia apresentou além do crescimento das vendas, redução de capital de giro e redução do endividamento.

Desempenho da Receita Líquida – 31/03/2012 x 31/03/2011



Perspectivas

- A Portobello espera a continuidade da forte demanda para materiais de construção, também influenciada pela alíquota zero do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados para produtos cerâmicos até o final de 2012, como incentivo do governo para construção civil, porém mais contida que em 2011;
- A Companhia acredita e tem direcionado os seus esforços com foco no mercado doméstico, seja ampliando sua gama de serviços e portfólio dirigido ao mercado imobiliário e comercial das grandes construtoras, seja ampliando os investimentos em marketing e produtos inovadores para atender as redes de varejo e principais home centers brasileiros;
- No segmento das lojas especializadas, sua rede de franquias – Portobello Shop – tem programada a abertura de novas lojas já no 1º Semestre de 2012 em algumas das principais capitais do Brasil, incluindo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Grande São Paulo.
- Continuidade nos ganhos de produtividade com consequentes reduções de custos de produção e ganho de qualidade. As prováveis pressões inflacionárias nos custos dos insumos, com destaque para energia e mão de obra, necessitarão ser neutralizados por ganhos de produtividade, que a Companhia espera obter com as medidas administrativas em curso somado aos investimentos orçados;
- A Companhia continua desenvolvendo ações comerciais para reduzir a necessidade de capital de giro decorrente de estoques em processo e acabados, bem como em ações internas de forma a minimizar seus desafios na área de logística;
- A Portobello considera fundamentais as medidas já tomadas, e outras ainda em análise pelos órgãos governamentais objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos de forma a regularizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- Retorno sobre o investimento em sistema de gestão empresarial com implementação total até o primeiro trimestre de 2013.

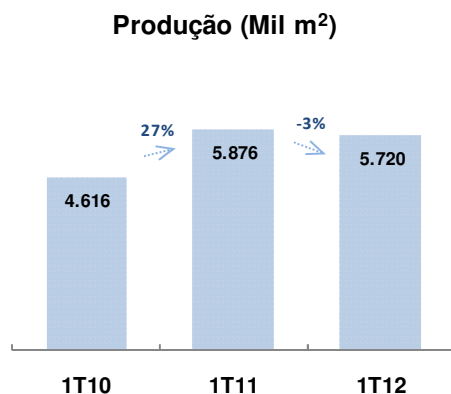
Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desempenho da Produção

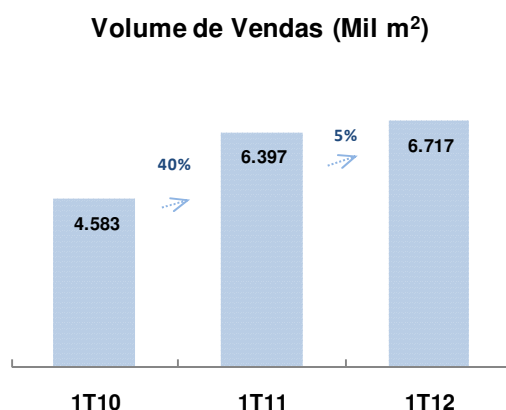
A produção de aproximadamente 6 milhões de m² no 1T12 teve como foco produtos de maior valor agregado em formatos grandes. Esta mudança de mix provocou redução de 3% na comparação com igual período de 2011, compensada largamente pelos ganhos de preço médio e rentabilidade.



A estratégia de complementação da linha de produtos através da aquisição a partir de terceirização foi mantida. Sobre o total disponível para venda acumulada no 1T12, a produção própria respondeu por 83% e a de terceiros por 17%, em igual período do ano passado, corresponderam, respectivamente, 81% e 19%.

Desempenho das Vendas

O volume total de vendas aumentou 5% em função da continuidade do bom momento do mercado de construção civil e da estratégia comercial da Companhia em concentrar os seus esforços no mercado interno que é mais rentável e na redução da participação do mercado externo. Com isso, as vendas no mercado interno sobre o total corresponderam a 93%, (92% no 1T11). Já o volume físico das exportações representaram 7% das vendas totais deste trimestre (8% no 1T11).



(*) A diferença crescente entre os volumes de produção e vendas decorre da terceirização da produção (*outsourcing*) que a Companhia vem empreendendo nos últimos 3 anos.

Distribuição

A rede de distribuição da Portobello está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mercado interno: São três os canais de distribuição:

Varejo Portobello Shop – Franquias que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 105 lojas localizadas em 91 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Varejo Multimarcas – Responsáveis pelo atendimento a revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo.

Engenharias – Representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias.

Mercado externo: Representando as vendas realizadas para diversos países através de equipe própria e representantes independentes. As exportações em continuam limitadas a mercados mais rentáveis e tiveram sua participação nas vendas totais reduzidas, de acordo com os planos definidos preliminarmente.

Desempenho Econômico-Financeiro

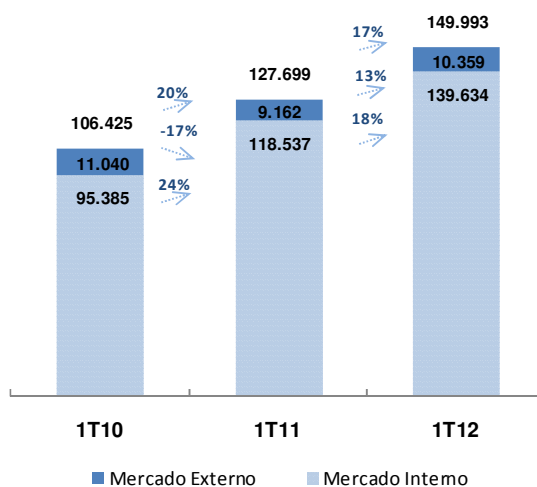
Resultado consolidado	1T10	1T11	1T12	Varição % 1T12 x 1T11
Receita operacional líquida	106.425	127.699	149.993	17%
Lucro operacional bruto	31.925	39.203	50.492	29%
<i>Margem bruta</i>	30%	31%	34%	3 p.p.
Vendas	(15.151)	(21.252)	(22.486)	6%
Gerais e administrativas	(4.157)	(4.190)	(5.484)	31%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(333)	(5.761)	(84)	-99%
EBIT	12.284	8.000	22.438	180%
<i>Margem EBIT</i>	12%	6%	15%	9 p.p.
Resultado financeiro e outros ganhos (perdas), líquidos	(6.386)	(5.318)	(5.241)	-1%
Resultado operacional	5.898	2.682	17.197	541%
Imposto de renda e contribuição social	(1.103)	(996)	(6.039)	506%
Resultado do período das operações continuadas	4.795	1.686	11.158	562%
Resultado do período das operações descontinuadas *	(20)	(59)	-	-100%
Resultado líquido do trimestre	4.775	1.627	11.158	586%
<i>Margem líquida</i>	4%	1%	7%	6 p.p.
EBITDA (*)	16.516	11.951	26.473	122%
<i>Margem EBITDA</i>	16%	9%	18%	9 p.p.

(*) As operações da controlada Portobello América, Inc. foram descontinuadas em 31 de dezembro de 2010 e os dados relativos a esta operação descontinuada estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS. Os comentários aqui apresentados seguem este padrão.

Receita Líquida

A receita líquida cresceu 17% no 1T12, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 150 milhões, 93% dos quais foram realizadas no mercado interno. A performance do mercado interno, 18% superior, teve a participação equilibrada dos canais Engenharia, Varejo Multimarcas e Portobello Shop com crescimento similar entre os canais.

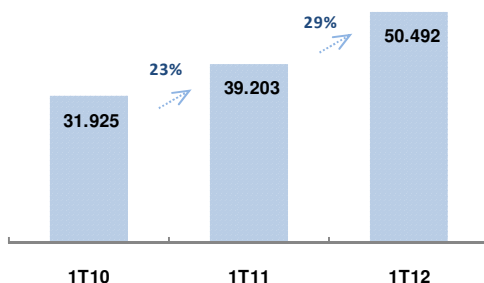
Receita Operacional Líquida



Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 50 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2012 e apresentou crescimento de 29% sobre o mesmo período do ano anterior, influenciado pela venda de produtos com maior lucratividade, ações de ganho de produtividade que refletiram na melhora do custo e manutenção de preços além do aumento das vendas. Conseqüentemente a margem bruta de 34% foi superior aos 31% obtidos no mesmo período de 2011.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

As despesas comerciais somaram R\$ 22 milhões no 1T12, correspondendo a um incremento de 6% comparadas ao mesmo período de 2011 em função do (i) maior volume de vendas, (ii) aumento da força de vendas e de (iii) ações de marketing para dar sustentação ao crescimento das vendas. As despesas comerciais representaram 15% da receita líquida no 1T12, e 17% no mesmo período de 2011 representando um ganho de escala.

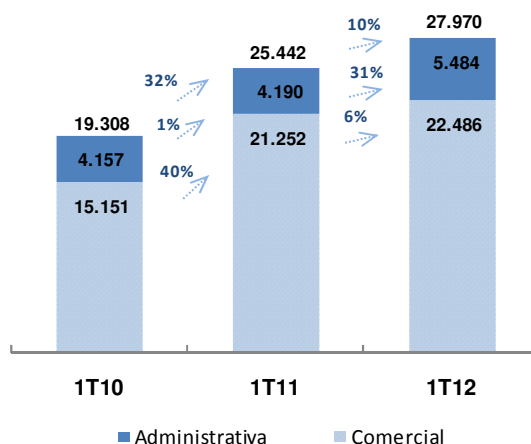
As despesas administrativas totalizaram R\$ 5 milhões no 1T12 e aumentaram 31% quando comparadas ao trimestre findo em 31 de março de 2011, influenciadas pelos gastos, no montante de R\$ 882 mil, com consultorias e diligências relacionadas aos planos de associação com a Eliane S.A Em percentual da receita líquida aumentaram em 0,39 p.p.

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Comerciais e Administrativas

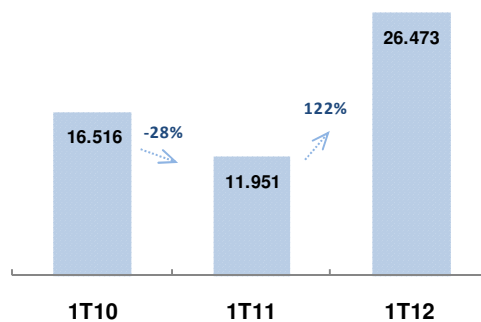


EBITDA

O EBITDA, lucro líquido antes de resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda, depreciação e amortização, resultado líquido atribuível à participação dos não controladores, resultado do período de operações descontinuadas, somou R\$ 26 milhões no 1T12. Como consequência do excelente desempenho do trimestre o EBITDA que representou 9% sobre a Receita Líquida do primeiro trimestre de 2011 cresceu para 18%.

Foram considerados no total de receita (despesa) financeira líquida os outros ganhos e perdas líquidos, relativos aos efeitos cambiais registrados sobre os recebíveis e as contas a pagar aos fornecedores.

EBITDA



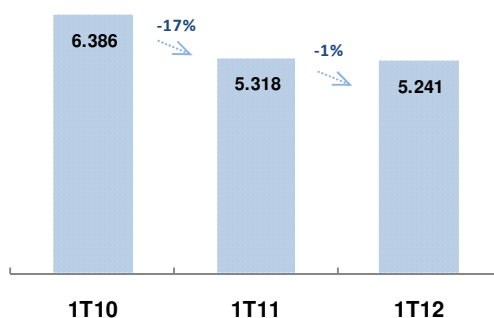
EBITDA	1T10	1T11	1T12	Varição % 1T12 x 1T11
Resultado líquido atribuível a acionistas da Companhia	4.773	1.625	11.155	586%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(772)	930	1.260	35%
Receita (despesa) financeira líquida	7.158	4.388	3.981	-9%
Depreciação, amortização e exaustão	4.232	3.951	4.035	2%
Imposto de renda e contribuição social	1.103	996	6.039	506%
Resultado líquido atribuível a participação dos não controladores	2	2	3	50%
Resultado do período de operações descontinuadas	20	59	-	-100%
(=) EBITDA das operações continuadas (*)	16.516	11.951	26.473	122%
% da receita líquida	16%	9%	18%	9 p.p.

(*) De acordo com o CPC/IFRS, as operações descontinuadas não fazem parte do resultado operacional.

Resultado Financeiro e Outros Ganhos (Perdas), Líquidos

O resultado financeiro no trimestre findo em 31 de março de 2012, somado aos ganhos (perdas) líquidos (composto pela variação cambial sobre os recebíveis e contas a pagar operacionais) apresentou variação de 1% quando comparado ao mesmo período de 2011. Os ganhos pela redução do endividamento e do seu custo foram anulados pelas atualizações de provisões para contingências que neste trimestre apresentam saldos maiores que o mesmo período de 2011.

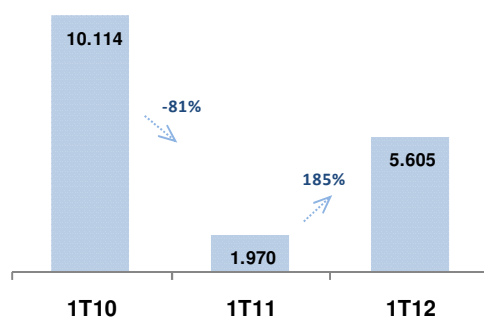
Despesas Financeiras e Outros Ganhos e Perdas, Líquidas



Investimentos

Os investimentos mantiveram-se nos níveis definidos pela administração, acumularam R\$ 6 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2012 concentrados em melhorias no processo fabril visando maior produtividade e investimentos em logística, tanto em armazenamento como aquisição e implementação de sistemas de gestão.

Investimentos



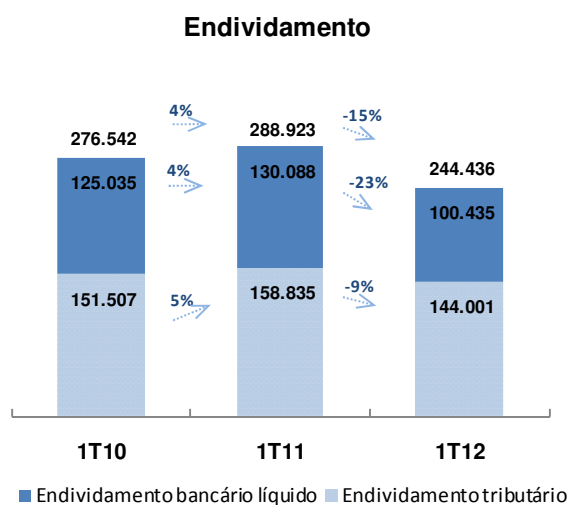
Endividamento / Estrutura de Capital

O endividamento total em março de 2012 apresentou uma redução de R\$ 44 milhões, 15% abaixo quando comparado com o mesmo período de 2011, em função do melhor resultado operacional obtido nos últimos anos, bem como, a redução da necessidade de capital de giro. Em 31 de março de 2012 o endividamento bancário líquido era de R\$ 100 milhões, contra R\$ 130 milhões em 31 de março de 2011, já o endividamento tributário apresentou redução de 9% devido ao pagamento das parcelas devidas.

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Endividamento bancário líquido	1T10	1T11	1T12
Circulante	98.392	110.011	70.796
Não circulante	38.248	51.742	36.626
(=) Total do endividamento bancário	136.640	161.753	107.422
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	11.605	31.665	6.987
(=) Total do endividamento bancário líquido	125.035	130.088	100.435

Alavancagem financeira	1T10	1T11	1T12
Endividamento bancário líquido	125.035	130.088	100.435
Endividamento tributário	151.507	158.835	144.001
EBITDA (últimos 12 meses)	67.319	82.944	92.160
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,9	1,6	1,1
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	4,1	3,5	2,7

Conforme destacado na Nota Explicativa 12, a Companhia detém créditos, lastreados por contrato, da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já transformados em precatórios, pagos anualmente por um período de 10 anos. A primeira, das dez parcelas, no valor de R\$ 10.097, foi recebida pela Portobello em agosto de 2011 e, conforme possibilita o contrato, com aplicação de deságio. O saldo desses créditos em 31 de março de 2012 representa R\$ 95.758 e, quando deduzidos do endividamento total, totalizam R\$ 148.678, ou uma relação Dívida Líquida (bancária e tributária) / EBITDA de 1,6.

Recursos Humanos

O quadro de pessoal consolidado em 31 de março de 2012 era constituído de 2.172 profissionais, sendo 2.109 próprios, 126 terceiros, 32 estagiários, 31 temporários. Já em 2011 o quadro de pessoal era de 2.437 profissionais, sendo 2.291 próprios, 108 terceiros, 14 estagiários, 24 temporários. A redução de 265 profissionais decorreu da implantação do programa de manufatura enxuta com a otimização dos postos de trabalho para aumento da produtividade.

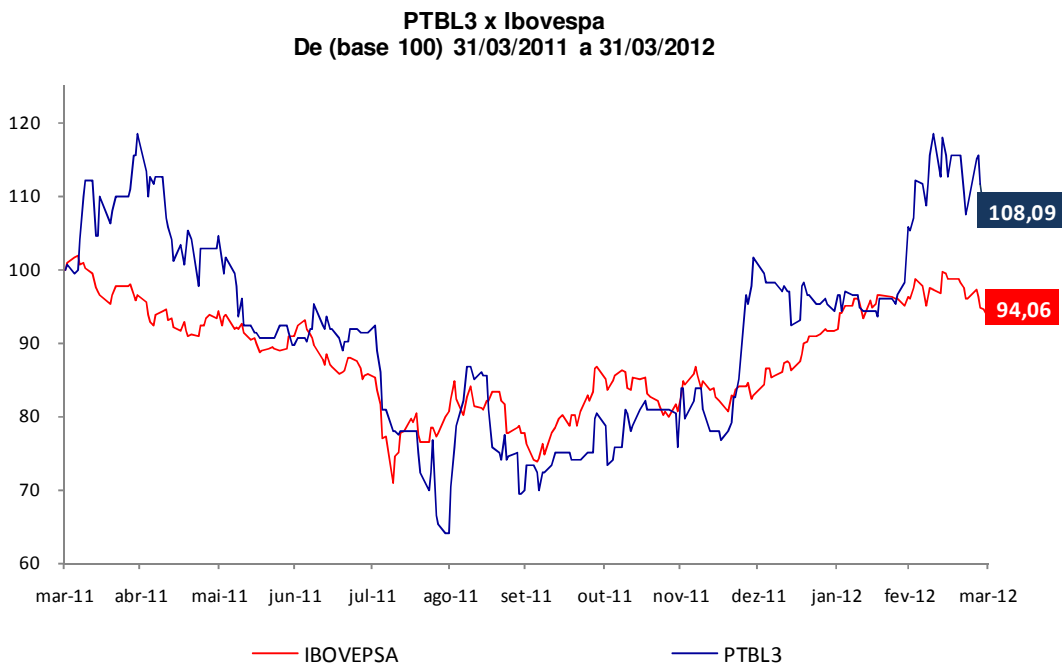
Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mercado de Capitais

A cotação das ações ordinárias (PTBL3) da Portobello no dia 31 de março de 2012 foi de R\$ 1,87. Apresentando valorização de 8% nos últimos 12 meses, enquanto no mesmo período o Ibovespa registrou queda de 6%. Em 31 de março de 2012, o valor de mercado da Portobello era de R\$ 297 milhões (R\$ 275 milhões em 31 de março de 2011).



Revestir 2012

A Portobello participou da Revestir 2012, um dos mais representativos eventos mundiais do setor de acabamentos para a construção civil, que recebeu mais de 42 mil visitantes de 52 países durante o início do mês de Março.

Em um stand de 315m² a empresa expressou a liderança em design e inovação para um público especializado e formador de opinião, composto, principalmente, por arquitetos, designers de interiores e lojistas através da apresentação de Lançamentos que compõem de forma significativa os resultados futuros.

A inovação em produtos ficou marcada pelo lançamento de porcelanatos em grandes formatos, 90x90cm, decorados com impressão digital, pela consolidação da tecnologia de produção de porcelanato em espessura reduzida, denominado Porcelanato Extra Fino, com 5mm de espessura, cujo uso em grandes fachadas é alavancado pelas vantagens de redução de peso e facilidade de instalação, e pela liderança na reprodução de madeiras em porcelanato, uma versão mais sustentável e mais indicada tecnicamente para uso em revestimentos que o material natural.

Como marca importante no lançamento de tendências, a empresa investiu também no desenvolvimento de soluções para decoração de paredes com linhas de azulejaria e mosaicos, compondo assim a inovação em design e tecnologia.

Fato Relevante

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/02, Portobello S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 163 ("Portobello"), e Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos, sociedade anônima, com sede na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Maximiliano Gaidzinski, 245 ("Eliane"), vem a público informar, juntamente com os acionistas controladores da Eliane, Max - Administradora de Bens e Participações Ltda., IARA-Participações Ltda., ARIELI Administração de Bens Ltda., B7 Participações Ltda., Tasso Participações Ltda. e Viga Participações Ltda., em complementação aos fatos relevantes datados de 23 de dezembro de 2011 e 30 de março de 2012, decidiram de comum acordo, após a conclusão das diligências previstas no Memorando de Entendimentos, encerrar as negociações que visavam a associação das empresas.

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da Administração da Portobello

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Rildo Pinheiro	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro	Diretor Vice-Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	Independente
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côrte	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naum Goldfajn	Conselheiro	Independente

Visite o Site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de março de 2012 60,97% das ações da sociedade. Os 39,03% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que em 31 de março de 2012 está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa 35; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que foi constituída com o objetivo de oferecer as empresas de construção civil um atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. É a única franquia de revestimentos cerâmicos do Brasil e conta com 106 lojas.

Em 23 de dezembro de 2011 a Portobello S/A celebrou com e a empresa Eliane S/A – Revestimentos Cerâmicos, um Memorando de Entendimento estabelecendo termos e condições para uma possível associação objetivando a união dos seus negócios e a integração de suas operações. As diligências continuam em curso, conforme fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários e BM&FBOVESPA em 30 de março de 2012. Vide nota explicativa 41.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do período.

A preparação de demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

b) Demonstrações contábeis intermediárias individuais

As demonstrações contábeis intermediárias individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas juntas às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.1 Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia em empresas controladas é como segue:

	Percentual do capital	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos trimestres apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Controladora	94.049	81.790	11.155	1.623
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	(36)
Reversão do lucro não realizado	-	-	-	38
Consolidado sem a participação dos não controladores	94.049	81.790	11.155	1.625

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

2.2.2 Demonstrações contábeis intermediárias individuais

Nas demonstrações contábeis intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2.3 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das informações consolidadas.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

c) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos Financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem "contas a receber de clientes".

b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

d) Ativos financeiros disponíveis para a venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos e atividade de *hedge*.

2.8 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de

caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

2.11 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

2.12 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

2.13 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do período como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do período quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa 18).

2.14 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	33
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear, mencionadas na nota explicativa 20, levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Softwares	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida
Sistema de gestão	(a)

(a) Ativo intangível em formação e sua vida útil ainda será definida.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de março de 2012 estão próximos do valor justo.

2.16 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos”, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.17 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.18 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do trimestre.

2.20 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis intermediárias, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

2.21 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável. A participação nos resultados é registrada no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

2.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa 29.

2.24 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

2.25 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.26 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.27 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa 35.

2.28 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.
- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.
- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação

para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.

A administração ainda avaliará o impacto total dessas normas e alterações de normas, mas não se espera que haja algum impacto nas demonstrações contábeis intermediárias individuais ou consolidadas.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

3.1 Estimativas e julgamentos contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas

usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 28.

f) **Operação descontinuada**

A Companhia reconhece a descontinuação de controladas mediante aprovação do Conselho de Administração e para isso registra provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

3.2 **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

a) **Recebíveis da Eletrobrás**

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) **Créditos com outras pessoas ligadas com garantias**

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento em agosto de 2011 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) **Parcelamento MP 470**

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) **Benefícios fiscais de ICMS**

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa 22(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber	13.399	13.782	13.399	13.782
Créditos com controladas	37.306	38.405	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(37.478)	(38.582)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(7.484)	(9.631)	(7.484)	(9.631)
Empréstimos e financiamentos	(41.209)	(44.347)	(41.209)	(44.347)
Comissões	(678)	(703)	(678)	(703)
Passivos líquidos expostos	(36.144)	(41.076)	(35.972)	(40.899)

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em moeda estrangeira			
		Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber	euro	225	77	225	77
Fornecedores, líquido de adiantamentos	euro	(1.682)	(1.619)	(1.682)	(1.619)
Empréstimos e financiamentos	euro	(448)	(441)	(448)	(441)
Comissões	euro	(17)	(8)	(17)	(8)
		(1.922)	(1.991)	(1.922)	(1.991)
Contas a receber	dolar	6.289	6.451	6.289	6.451
Créditos com controladas	dolar	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(20.568)	(20.568)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	dolar	(1.863)	(3.036)	(1.863)	(3.036)
Empréstimos e financiamentos - FINIMP	dolar	(12.546)	(12.980)	(12.546)	(12.980)
Empréstimos e financiamentos - Outros	dolar	(9.473)	(10.089)	(9.473)	(10.089)
Comissões	dolar	(358)	(386)	(358)	(386)
		(18.045)	(20.134)	(17.951)	(20.040)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a cerca de 14 meses de suas exportações, dispondo, portanto, de “*hedge*”, natural em seu fluxo de caixa.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2012, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 30.054 (R\$ 30.252 em 31 de dezembro de 2011) e no consolidado R\$ 26.138 (R\$ 29.480 em 31 de dezembro de 2011). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação. A re-estruturação vem acontecendo e está evidenciada na redução do passivo circulante em excesso ao ativo circulante, mencionada acima.
- Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: (i) aumento de produtividade e redução de custo; (ii) substituição de equipamentos por outros de maior produtividade; (iii) lançamento de produtos inovadores; (iv) redução do portfólio com vistas à maior produtividade; (v) concentração das exportações em mercados mais rentáveis; (vi) terceirização da produção de produtos de menor margem e (vii) aumento das vendas nas lojas franqueadas, refletindo na eficiência operacional da Companhia e no aumento da rentabilidade.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora							
	31 de março de 2012				Em 31 de dezembro de 2011			
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	70.796	96.084	15.681	182.561	79.600	98.105	20.731	198.436
Entre um e dois anos	24.333	-	37.471	61.804	31.133	-	36.722	67.855
Entre dois e cinco anos	13.283	-	26.949	40.232	10.860	-	26.394	37.254
Acima de cinco anos	1.615	-	61.384	62.999	1.632	-	60.120	61.752
Total	110.027	96.084	141.485	347.596	123.225	98.105	143.967	365.297

	Consolidado							
	31 de março de 2012				Em 31 de dezembro de 2011			
	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total	Empréstimos e financiamentos	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Total
Menos de um ano	70.796	96.794	16.467	184.057	79.600	98.597	21.773	199.970
Entre um e dois anos	24.282	-	38.719	63.001	31.068	-	37.953	69.021
Entre dois e cinco anos	13.254	-	27.093	40.347	10.838	-	26.538	37.376
Acima de cinco anos	2.568	-	61.723	64.291	2.575	-	60.447	63.022
Total	110.900	96.794	144.002	351.696	124.081	98.597	146.711	369.389

d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2012 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 9,52% e TJLP de 6,00%. A taxa provável foi então valorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de março de 2012	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações	3.605	Baixa CDI	9,52%	357	7,14%	268	4,76%	179
Total	3.605			357		268		179
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(20.813)	Alta CDI	9,52%	(1.981)	11,90%	(2.477)	14,28%	(2.972)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(6.695)	Alta CDI	9,52%	(637)	11,90%	(797)	14,28%	(956)
Empréstimos - 4131	(11.464)	Alta CDI	9,52%	(1.091)	11,90%	(1.364)	14,28%	(1.637)
Empréstimos - Exim Pré-embarque TJ 462	(2.011)	Alta TJLP	6,00%	(121)	7,50%	(151)	9,00%	(181)
Total	(40.983)			(3.830)		(4.789)		(5.746)

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2012 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2012	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	13.399	1,7092	-	2,1365	3.350	2,5638	6.700
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(7.484)	1,7092	-	2,1365	(1.871)	2,5638	(3.742)
Empréstimos e financiamentos	(41.209)	1,7092	-	2,1365	(10.302)	2,5638	(20.605)
Comissões	(678)	1,7092	-	2,1365	(170)	2,5638	(339)
Passivos líquidos expostos	(35.972)	1,7092	-	2,1365	(8.993)	2,5638	(17.986)

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2012 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Empréstimos e financiamentos	106.549	118.954	107.422	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	141.484	143.967	144.001	146.711
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(5.297)	(8.091)	(6.987)	(10.065)
Créditos com outras pessoas ligadas	(95.758)	(93.780)	(95.758)	(93.780)
Dívida líquida	146.978	161.050	148.678	162.676
Total do patrimônio líquido	94.049	81.790	94.060	81.798
Total do capital	241.027	242.840	242.738	244.474
Índice de alavancagem financeira (%)	61	66	61	67

A Companhia conta com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.355 em 31 de março de 2012.

4.3 Estimativa do valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Os ativos financeiros e passivos financeiros, mensurados ao valor justo, foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme tabela a seguir:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativos								
Recebíveis								
Aplicações financeiras	2.491	-	2.491	-	3.604	-	3.604	-
Total	2.491	-	2.491	-	3.604	-	3.604	-
Passivos								
Outros passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	106.549	118.954	106.549	118.954	107.422	119.810	107.422	119.810
Total	106.549	118.954	106.549	118.954	107.422	119.810	107.422	119.810

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	5.297	8.091	6.987	10.065
Contas a receber de clientes	106.856	104.303	112.132	107.867
Total	112.153	112.394	119.119	117.932
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	95.544	97.488	96.254	97.980
Empréstimos e financiamentos	106.549	118.954	107.422	119.810
Parcelamento de obrigações tributárias	141.484	143.967	144.001	146.711
Total	343.577	360.409	347.677	364.501

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de créditos de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P):

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	9.022	14.018	9.559	14.628
Grupo 2	96.821	87.350	102.578	91.148
Grupo 3	3.873	5.746	4.103	5.996
Total	109.716	107.114	116.240	111.772
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (não considerar dinheiro em caixa)				
AAA (bra)	4.315	6.169	5.537	7.654
AA+ (bra)	39	116	39	120
A+ (bra)	5	36	5	36
A (bra)	3	16	3	16
AA- (bra)	909	1.163	912	1.166
Outros	26	591	491	1.073
Total	5.297	8.091	6.987	10.065
Empréstimos para partes relacionadas				
Grupo 3	999	896	-	-
Total	999	896	-	-

A classificação interna de risco para clientes está descrita a seguir:

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

Apresentamos a seguir a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o período:

Contraparte	Rating	Agência
Banco ABC Brasil S/A	AA- (bra)	Fitch
Banco Alfa de Investimento S/A	AA- (bra)	Fitch
Banco Bradesco S/A	AAA (bra)	Fitch
Banco Citibank S/A	AAA (bra)	S&P
Banco Daycoval S/A	AA- (bra)	Fitch
Banco do Brasil S/A	AAA (bra)	Fitch
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	AA- (bra)	Fitch
Banco Fibra S/A	A (bra)	Fitch
Banco Industrial e Comercial S/A	A+ (bra)	Fitch
Banco Itaú BBA S/A	AAA (bra)	Fitch
Banco Safra	AA+ (bra)	Fitch
Caixa Economica Federal	AAA (bra)	Fitch
HSBC Bank Brasil S/A	AAA (bra)	Moody's

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Conta corrente	2.806	8.091	3.383	10.065
Aplicações financeiras	2.491	-	3.604	-
Total	5.297	8.091	6.987	10.065

As aplicações financeiras designadas equivalentes de caixa são participações em fundos de investimentos, cuja rentabilidade no primeiro trimestre de 2011 foi de 104,10% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - mercado interno	94.599	92.074	101.123	96.732
Clientes - mercado externo	13.399	13.782	13.399	13.782
	107.998	105.856	114.522	110.514
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.718	1.258	1.718	1.258
	1.718	1.258	1.718	1.258
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.791)	(2.728)	(4.039)	(3.822)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(69)	(83)	(69)	(83)
	(2.860)	(2.811)	(4.108)	(3.905)
Total	106.856	104.303	112.132	107.867
Parcela do circulante	106.856	104.303	112.132	107.867

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	2.728	3.822
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber (a)	63	217
Em 31 de março de 2012	2.791	4.039

(a) A movimentação da provisão está apresentada pelo valor líquido das constituições e reversões.

Acredita-se que a provisão é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do período como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação *impaired* e não *impaired*

	Controladora							
	31 de março de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de março de 2011	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer - não circulante	176	-	-	176	211	-	-	211
A vencer - circulante	103.109	102.877	-	232	97.069	96.851	-	218
Vencidos até 30 dias	3.456	-	3.434	22	6.551	-	6.529	22
Vencidos de 31 a 60 dias	494	-	483	11	300	-	289	11
Vencidos de 61 a 90 dias	152	-	124	28	309	-	213	96
Vencidos de 91 a 180 dias	84	-	-	84	311	-	307	4
Vencidos de 181 a 360 dias	219	-	7	212	606	-	197	409
Vencidos há mais de 360 dias	2.026	-	-	2.026	1.757	-	-	1.757
Total	109.716	102.877	4.048	2.791	107.114	96.851	7.535	2.728

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

	Consolidado							
	31 de março de 2012	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *	31 de março de 2011	Duplicatas a vencer <i>não impaired</i>	Duplicatas vencidas <i>não impaired</i>	Duplicatas <i>impaired</i> *
A vencer - não circulante	176	-	-	176	211	-	-	211
A vencer - circulante	108.183	107.951	-	232	100.256	100.038	-	218
Vencidos até 30 dias	3.532	-	3.510	22	6.622	-	6.600	22
Vencidos de 31 a 60 dias	495	-	484	11	300	-	289	11
Vencidos de 61 a 90 dias	157	-	129	28	309	-	213	96
Vencidos de 91 a 180 dias	84	-	-	84	311	-	307	4
Vencidos de 181 a 360 dias	1.152	-	127	1.025	1.668	-	503	1.165
Vencidos há mais de 360 dias	2.461	-	-	2.461	2.095	-	-	2.095
Total	116.240	107.951	4.250	4.039	111.772	100.038	7.912	3.822

* Para constituição das duplicatas *impaired* considera-se a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2012, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 32.071 (R\$ 38.606 em 31 de dezembro de 2011).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Produtos acabados	75.644	76.693	76.805	77.888
Produtos em processo	8.377	8.777	8.377	8.777
Matérias-primas e materiais de consumo	7.631	7.412	7.631	7.412
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.980)	(7.895)	(9.141)	(9.090)
Importações em andamento	4.956	5.566	4.956	5.566
Total	88.628	90.553	88.628	90.553

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante				
ICMS	419	389	419	389
IPI (a)	854	892	854	892
IRRF/CSRF	36	-	44	4
Outros	111	101	254	245
Total	1.420	1.382	1.571	1.530
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	1.669	1.762	1.669	1.762
Total	1.669	1.762	1.669	1.762

a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, foi pela terceira vez prorrogada, conforme Decreto nº 7.542 de 2 de agosto de 2011, e será mantida até 31 de dezembro de 2012. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2012, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 95.758 (R\$ 93.780 em 31 de dezembro de 2011) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito, a Companhia já recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Trabalhista	6.278	5.994	6.315	6.031
Tributária	1.993	1.930	1.993	1.930
Total	8.271	7.924	8.308	7.961

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% a.a. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo em 31 de março de 2012 é de R\$ 32.417 (R\$ 31.059 em 31 de dezembro de 2011).

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O regime tributário da Companhia é real anual, desta forma, durante o exercício social os pagamentos por estimativa são registrados no ativo circulante e a provisão no passivo circulante até a apuração anual no final do período.

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda	-	513	115	628	(989)	(63)	(1.622)	(435)
Contribuição social	-	186	337	524	(357)	-	(586)	(106)
Total	-	699	452	1.152	(1.346)	(63)	(2.208)	(541)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são os seguintes:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.320	25.280
Prejuízos fiscais	4.838	6.477
Diferenças temporárias ativas	20.482	18.803
Portobello previdência	(273)	(244)
Ajuste a valor presente de clientes	23	28
Provisão para ajuste a valor de mercado	3.047	2.998
Provisão para contingências	5.746	5.446
Provisão para PIS c/ base reduzida do ICMS	1.587	1.454
Provisão para COFINS c/ base reduzida do ICMS	7.313	6.702
Provisão para devedores duvidosos	949	928
Provisão para PPR	512	-
Outras diferenças temporárias ativas	1.578	1.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(41.301)	(40.973)
Diferenças temporárias passivas	(41.301)	(40.973)
Reserva de reavaliação	(18.336)	(18.470)
Recebíveis da Eletrobrás	(11.022)	(10.560)
Reconhecimento do Crédito Prêmio IPI - Fase II	(4.123)	(4.020)
Ajuste a valor presente - Prodec	(1.182)	(1.452)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(184)	(210)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.747)	(4.778)
Ajuste de variação cambial	(1.707)	(1.483)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(15.981)	(15.693)

O cronograma da utilização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporais, é como segue:

	Controladora e Consolidado			
	Impostos diferidos			
	Ativo		Passivo	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
2012	12.574	11.433	(568)	(537)
2013	1.013	2.669	(34.738)	(15.328)
2014	2.682	9.000	(568)	(537)
2015	1.013	1.089	(568)	(537)
2016	1.013	1.089	(568)	(537)
Mais de 5 anos	7.025	-	(4.291)	(23.497)
	25.320	25.280	(41.301)	(40.973)

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação líquida no trimestre findo em 31 de março de 2012 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(15.693)</u>
Prejuízos fiscais	(1.639)
Diferenças temporárias ativas	1.678
Diferenças temporárias passivas	(461)
Reserva de reavaliação	134
Em 31 de março de 2012	<u>(15.981)</u>

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31 de março de 2012</u>	<u>31 de março de 2011</u>
	<u>Debitado (creditado) ao resultado</u>	
Ativo de imposto diferido		
Prejuízos fiscais	(1.639)	(138)
Portobello previdência	(29)	(45)
Ajuste a valor presente ativo	(5)	(8)
Provisão para ajuste a valor de mercado	49	(110)
Provisões para contingências	300	(541)
Base de cálculo reduzida do PIS pelo expurgo do ICMS	133	103
Base de cálculo reduzida da COFINS pelo expurgo do ICMS	612	478
Provisão para devedores duvidosos	21	(114)
Provisão para PPR	512	-
Outras diferenças temporárias	86	(40)
Total	<u>40</u>	<u>(415)</u>
Realização da reserva de reavaliação	134	134
Provisão para contingência - Eletrobrás	(462)	(450)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(103)	(96)
Ajuste a valor presente passivo	296	-
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	31	(6)
Variações cambiais pelo regime de caixa	(224)	1.523
Total	<u>(328)</u>	<u>1.105</u>
	<u>(288)</u>	<u>690</u>

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social para o trimestre findo em 31 de março de 2011 são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(3.818)	(315)	(5.751)	(1.686)
Total do imposto corrente	(3.818)	(315)	(5.751)	(1.686)
Imposto diferido				
Geração e reversão de diferenças temporárias	(288)	690	(288)	690
Total do imposto diferido	(288)	690	(288)	690
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.106)	375	(6.039)	(996)

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Lucro antes do imposto	15.261	1.248	17.197	2.682
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(5.189)	(424)	(5.847)	(912)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.101	820	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	80	69	80	86
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(134)	(134)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	324	(646)	150	(726)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(288)	690	(288)	690
Encargo fiscal	(4.106)	375	(6.039)	(996)

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de março de 2012 é de R\$ 12.127 (R\$ 11.823 em 31 de dezembro de 2011).

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem ser reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença. Em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vincendos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica “Participação em controladas” e no passivo como “Provisão para perda em investimentos”.

	Investimentos	Provisão perda em investimentos
Em 31 de dezembro de 2011	480	(43.202)
Participação no resultado	3.237	-
Variações cambiais	-	1.104
Em 31 de março de 2012	3.717	(42.098)
Parcela do circulante	-	37.478
Parcela do não circulante	3.717	4.620

No primeiro trimestre de 2012, a provisão para perda em investimentos sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto apresentou movimentação nula (R\$ 104 em 31 de março de 2011) e a receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. no montante de R\$ 3.237 (R\$ 2.516 em 31 de março de 2011), foram registradas no resultado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial” com efeito líquido de R\$ 3.237 (R\$ 2.412 em 31 de março de 2011).

No mesmo período a Companhia reconheceu R\$ 1.104 de ganhos (R\$ 761 em 31 de março de 2012) com a conversão das demonstrações financeiras da controlada Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar dos Estados Unidos para o Real. Os ganhos estão registradas sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2011						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	592	39.174	586	(548)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.237	4.802	179	(255)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	6.076	5.596	42.907	10.940
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	451	1.506	1.981	(109)
Em 31 de março de 2012						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	575	38.053	-	-
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.231	4.830	-	(34)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	9.764	6.047	11.770	3.237
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	445	1.466	510	34

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Outros investimentos

Em 31 de março de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 198 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2011), referente à participação de 11,72% na empresa INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A, com o objetivo específico de viabilizar a implantação da infraestrutura para o fornecimento do gás natural aos estados do sul do Brasil, sendo este o principal insumo da Companhia. Este saldo somado ao Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM - registrado na controlada Mineração Portobello, representam o saldo consolidado de R\$ 215 (R\$ 215 em 31 de dezembro de 2011).

19 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos		11.111	-	11.111	11.111	11.488	11.488
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	93.966	(13.658)	80.308	80.366	80.464	80.523
Máquinas e equipamentos	10%	273.225	(203.426)	69.799	70.314	69.799	70.314
Móveis e utensílios	10%	8.176	(7.193)	983	1.026	1.106	1.156
Computadores	20%	12.830	(11.492)	1.338	1.389	1.354	1.406
Outras imobilizações	20%	218	(175)	43	48	102	107
Imobilizações em andamento (a)		13.289	-	13.289	13.058	13.289	13.058
Total		412.815	(235.944)	176.871	177.312	177.602	178.052

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia

A Administração optou por não utilizar o custo atribuído para valorização do ativo imobilizado, uma vez que este saldo está próximo do valor justo, pois a Companhia realizou a reavaliação dos bens em 2006, (vide nota explicativa 29b).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 a 2012.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora							Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
Em 31 de dezembro de 2011	11.111	80.366	70.314	1.026	1.389	48	13.058	177.312
Adições*	-	-	184	10	47	-	3.246	3.487
Transferências	-	631	2.384	-	-	-	(3.015)	-
Depreciação	-	(689)	(3.083)	(53)	(98)	(5)	-	(3.928)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2012	11.111	80.308	69.799	983	1.338	43	13.289	176.871

* As adições ao imobilizado foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa e financiamentos contratados junto aos fornecedores.

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Outras imobilizações	Imobilizações em andamento	
Em 31 de dezembro de 2011	11.488	80.523	70.314	1.156	1.406	107	13.058	178.052
Adições*	-	-	184	10	47	-	3.246	3.487
Transferências	-	631	2.384	-	-	-	(3.015)	-
Depreciação	-	(690)	(3.083)	(60)	(99)	(5)	-	(3.937)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2012	11.488	80.464	69.799	1.106	1.354	102	13.289	177.602

* As adições ao imobilizado foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa e financiamentos contratados junto aos fornecedores.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Custo produto vendido	3.597	3.566	3.597	3.566
Despesa comercial	218	193	227	205
Despesa administrativa	113	77	113	77
Total	3.928	3.836	3.937	3.848

A Companhia é arrendatária em operações de arrendamentos financeiros de equipamentos que estão apresentados a seguir:

	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Computadores	266	(146)	120	311	(149)	162
Total	266	(146)	120	311	(149)	162

A Companhia arrenda diversos bens, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos de arrendamentos são de no máximo dois anos e a propriedade dos ativos é da Companhia.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de março de 2012			31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Softwares	20%	12.359	(11.954)	405	451	405	451
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(400)	600	650	608	659
Marcas e patentes		150	-	150	150	152	152
Fundo de comércio		-	-	-	-	80	80
Sistema de gestão (a)		5.524	-	5.524	3.407	5.524	3.407
Total		19.033	(12.354)	6.679	4.658	6.769	4.749

(a) Refere-se aos gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, também denominado Sistema de Gestão da Cadeia de Valor, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor. Os gastos serão amortizados mediante conclusão das aquisições e implementações de acordo com o prazo de benefício futuro estimado pela Administração da Companhia.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	650	150	3.407	4.658
Adições*	1	-	-	2.117	2.118
Amortizações	(47)	(50)	-	-	(97)
Em 31 de março de 2012	405	600	150	5.524	6.679

* As adições ao intangível foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa.

	Consolidado					
	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Sistema de gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2011	451	659	152	80	3.407	4.749
Adições*	1	-	-	-	2.117	2.118
Amortizações	(47)	(51)	-	-	-	(98)
Em 31 de março de 2012	405	608	152	80	5.524	6.769

* As adições ao intangível foram subsidiadas por recursos disponíveis em caixa.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março e 2011	31 de março de 2012	31 de março e 2011
Custo produto vendido	64	63	65	65
Despesa comercial	-	1	-	5
Despesa administrativa	33	33	33	33
Total	97	97	98	103

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Softwares	94	78	26	8	-	-
Direito de exploração de jazidas	155	203	200	50	-	-
Sistema de gestão (a)	-	920	1.228	1.228	1.228	920
Total	249	1.201	1.454	1.286	1.228	920

(a) Plano de amortização baseado na estimativa da conclusão das aquisições e implementações.

Os itens Marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 232 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Parte dos softwares em desenvolvimento, no montante de R\$ 199.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Fornecedores	96.084	98.105	96.794	98.597
Mercado interno	88.592	88.463	89.302	88.955
Mercado externo	7.492	9.642	7.492	9.642
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(540)	(617)	(540)	(617)
Total	95.544	97.488	96.254	97.980

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos 2011	Controladora		Consolidado	
			31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+5,39% a.a. ¹	4.274	4.278	4.274	4.278
Pré-pagamento (a)		VC+6,43% a.a. ¹	4.762	5.769	4.762	5.769
FINIMP (b)		VC+3,22% a.a. ¹	22.859	24.349	22.859	24.349
Total moeda estrangeira		VC + 4,00% a.a.	31.895	34.396	31.895	34.396
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)		12,80% a.a.	2.011	2.014	2.011	2.014
FINEP (d)		8,00% a.a.	1.991	1.992	1.991	1.992
Nota de Crédito de Exportação (e)		12,60% a.a.	6.695	7.053	6.695	7.053
4131 (f)		12,12% a.a.	11.464	11.111	11.464	11.111
Arrendamento financeiro		28,63% a.a.	9	38	9	38
Antecipação de Títulos de Crédito (g)		15,49% a.a.	68	5.489	68	5.489
Capital de giro		12,88% a.a. ¹	16.663	17.507	16.663	17.507
Total moeda nacional		12,36% a.a.	38.901	45.204	38.901	45.204
Total do circulante			70.796	79.600	70.796	79.600
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+5,67% a.a. ¹	7.040	7.610	7.040	7.610
Pré-pagamento (a)	Dez/2013	VC+5,91% a.a. ¹	2.274	2.341	2.274	2.341
Total moeda estrangeira		VC + 5,77% a.a.	9.314	9.951	9.314	9.951
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (c)	Mar/2013	12,80% a.a.	-	500	-	500
PRODEC (h)	Ago/2015	4,00% a.a. + UFIR	12.367	9.952	12.367	9.952
FINEP (d)	Set/2018	8,00% a.a.	10.795	11.285	10.795	11.285
Nota de Crédito de Exportação (e)	Mar/2013	12,60% a.a.	-	3.333	-	3.333
Capital de giro	Mar/2017	12,29% a.a. ¹	3.277	4.333	4.150	5.189
Total moeda nacional		6,66 % a.a.	26.439	29.403	27.312	30.259
Total do não circulante			35.753	39.354	36.626	40.210
Total			106.549	118.954	107.422	119.810

¹ Taxa média

VC - Variação Cambial

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

a) Pré-pagamento - Em 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento no montante de US\$ 4,780. Os contratos tem prazo de até 24 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A. Em 2011, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento, no montante de U\$ 5,651. Os contratos tem prazo de até 30 meses e como garantias foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A e Portobello S.A.

b) FINIMP (conjunto de linhas de crédito especiais para importação de bens de capital, máquinas, equipamentos, e serviços) - De abril de 2011 a março de 2012, a Companhia celebrou vários contratos de FINIMP, no valor de US\$ 12.546 com taxa média de 3,22% a.a, prazo de 6 meses, sendo os pagamentos efetuados nos finais dos contratos. Para estes contratos foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, na média de 37% do saldo devedor do contrato.

c) Exim Pré-embarque TJ 462 (modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados a exportação) - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES – exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcelas mensais e sucessivas. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

d) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 3% a.a.

e) NCE – Nota de Crédito de Exportação – Em Setembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de NCE junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 10.000, com juros de 3,04% a.a e 100% do CDI, com vencimento em 3 parcelas, sendo a primeira em 19 de março de 2012, a segunda em 17 de setembro de 2012 e a última em 21 de março de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 60% do saldo devedor do contrato.

f) 4131 (modalidade de empréstimo em moeda estrangeira) – Em março de 2011, a Companhia celebrou um contrato de 4131 junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 9.999 com juros de 2,57% a.a. e 100% do CDI. O prazo é 18 meses, sendo o pagamento efetuado no fim do contrato. Como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 60% do saldo devedor.

g) Instrumento Particular de Antecipação de Títulos de Crédito – Em dezembro de 2011, a Companhia celebrou um contrato de Antecipação de Títulos de Crédito, no Banco Fibra no valor de R\$ 5.489 milhões com juros de 15,49% a.a. e prazo de 5 meses. Para este contrato não existem cláusulas restritivas.

h) PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a média do capital de giro circulante, 13,71% ao ano.

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de março de 2012, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 40), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 907.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimentos em 1º de abril	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
2013	13.205	19.128	13.205	19.128
2014	8.971	8.957	8.971	8.957
2015	6.099	5.254	6.099	5.254
2016	4.043	2.580	4.043	2.580
2017	1.963	1.963	1.963	1.963
2018	1.472	1.472	2.345	2.328
Total	35.753	39.354	36.626	40.210

A exposição dos empréstimos a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Seis meses ou menos	47.089	33.485
Seis a 12 meses	10.989	19.164
Um a cinco anos	23.241	37.550
Acima de cinco anos	873	856
Total	82.192	91.055

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Reais	65.340	74.607	66.213	75.463
Euros	1.088	1.074	1.088	1.074
Dólares dos Estados Unidos	40.121	43.273	40.121	43.273
Total	106.549	118.954	107.422	119.810

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 7,86% (8,71% em 31 de dezembro de 2011).

O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro em 31 de março de 2012 somam R\$ 9 mil (R\$ 38 mil em 31 de dezembro de 2011). Os encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros montam em R\$ 1 mil em 31 de dezembro de 2011, e foram totalmente liquidados em 31 de março de 2012, onde o valor presente é igual ao seu valor bruto.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	32	8.360	8.987
	IPi	Dez/09	32	5.679	6.083
	PIS	Mar/09	23	279	310
	COFINS	Mar/09	23	1.287	1.426
	IRPJ	Mar/09	23	2.044	2.265
	CSLL	Mar/09	23	760	842
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	151	123.075	124.054
Total da Controladora				141.484	143.967
Parcela do circulante				21.004	20.731
Parcela do não circulante				120.480	123.236
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	7	121	169
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	31	675	735
	COFINS	Mar/09	23	96	107
	IRPJ	Mar/09	23	741	821
	CSLL	Mar/09	23	269	298
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	151	615	614
Total das Controladas				2.517	2.744
Total do Consolidado				144.001	146.711
Parcela do circulante				22.008	21.773
Parcela do não circulante				121.993	124.938

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de	31 de	31 de	31 de
	março	dezembro	março	dezembro
	de 2012	de 2011	de 2012	de 2011
2012	15.680	20.731	16.466	21.773
2013	21.295	20.869	22.181	21.742
2014	16.176	15.852	16.538	16.211
2015	8.983	8.798	9.031	8.846
2016	8.983	8.798	9.031	8.846
2017	8.983	8.798	9.031	8.846
2018	8.983	8.798	9.031	8.846
2019	8.983	8.798	9.031	8.846
2020	8.983	8.798	9.031	8.846
2021	8.983	8.798	9.031	8.846
2022	8.983	8.798	9.031	8.846
2023	8.983	8.798	9.031	8.846
2024	7.486	7.333	7.537	7.371
Total	141.484	143.967	144.001	146.711

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11941 (vide nota explicativa 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.198 sem atraso superior a três meses, bem como efetiva a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 16.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 32) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todavia, entendeu a Doute Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias. Este procedimento é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 23.120 em 31 de março de 2012, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
IRRF	664	1.034	830	1.225
ICMS	3.876	1.985	3.876	1.985
PIS	317	116	386	158
COFINS	1.459	533	1.776	727
Outros	78	93	223	218
Total	6.394	3.761	7.091	4.313

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Cíveis	4.673	4.416	4.718	4.488
Trabalhistas	10.218	9.654	10.218	9.654
Tributárias	28.185	25.935	28.185	25.935
Total	43.076	40.005	43.121	40.077
Circulante	1.152	988	1.191	1.015
Não Circulante	41.924	39.017	41.930	39.062

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2011	4.416	9.654	25.935	40.005
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	281	735	2.250	3.266
Provisões adicionais	110	328	1.714	2.152
Reversões por não utilização	(30)	(6)	-	(36)
Decomposição do desconto	-	37	-	37
Atualização monetária (nota explicativa 34)	201	376	536	1.113
Reversões por realização	(24)	(171)	-	(195)
Em 31 de março de 2012	4.673	10.218	28.185	43.076

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2011	4.488	9.654	25.935	40.077
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	285	735	2.250	3.270
Provisões adicionais	120	328	1.714	2.162
Reversões por não utilização	(38)	(6)	-	(44)
Decomposição do desconto	-	37	-	37
Atualização monetária (nota explicativa 34)	203	376	536	1.115
Reversões por realização	(55)	(171)	-	(226)
Em 31 de março de 2012	4.718	10.218	28.185	43.121

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 104 ações cíveis (102 ações em 31 de dezembro de 2011), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 122 reclamações trabalhistas (70 reclamações em 31 de dezembro de 2011), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão subsidiados por depósitos judiciais (nota explicativa 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa 27.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia impetrante afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando a impetrante ao recolhimento da contribuição. Entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas. Pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2012 soma R\$ 2.009 (R\$ 1.948 em 31 de dezembro de 2011).

b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo.

Os saldos das provisões para contingências tributárias referentes à exclusão da base de cálculo do ICMS nas contribuições do PIS e da COFINS em 31 de março de 2012 somam R\$ 26.176 (R\$ 23.987 em 31 de dezembro 2011).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Passivo contingente

De acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, os assessores jurídicos da Companhia estimaram os montantes dos passivos contingentes. Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem também outras ações cíveis e trabalhistas, as quais foram classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Cíveis	843	767	863	787
Trabalhistas	9.891	9.323	9.891	9.323
Total	10.734	10.090	10.754	10.110

Os assessores jurídicos classificam este processo como um passivo contingente porque não é provável a condenação da Companhia e, em consequência, não será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Benefícios a empregados

28.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 01 de novembro de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 39 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de março de 2012, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.033 (R\$ 3.118 em 31 de dezembro de 2011) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Remuneração	17.091	16.073	18.310	17.309
Benefícios				
Plano de previdência	149	157	205	216
FGTS	1.520	1.372	1.591	1.446
Outros	1.934	1.634	1.994	1.687
Total	20.694	19.236	22.100	20.658

29 Patrimônio líquido

a) Capital social

(valores integrais, não arredondados)

A Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957.487 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de março de 2012 havia 61.992.547 ações em circulação, o equivalente a 38,99% do total de ações emitidas (61.992.547 em 31 de dezembro de 2011, equivalente a 38,99% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

A reserva de reavaliação está sendo realizada conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. O mesmo efeito da realização da reserva de reavaliação está refletido no resultado do período, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, este que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondente a reserva de reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa 15(b).

Considerando o complemento das reservas de reavaliações, estas aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 44.898 em 31 de março de 2012 (R\$ 45.292 em 31 de dezembro de 2011), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CSLL diferidos passivos, no trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 394 (R\$ 395 em 31 de março de 2011), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 18.336 (R\$ 18.470 em 31 de dezembro de 2011), vide nota explicativa 15(b).

A Companhia optou por manter o saldo das reservas de reavaliação de 31 de dezembro de 2006 até sua total realização, em consonância com a Lei 11.638/07.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Prejuízos acumulados

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2011	(73.738)
Realização da reserva de reavaliação	394
Lucro do exercício (sem a participação dos não controladores)	11.155
Em 31 de março de 2012	(62.189)

30 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2012, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Receita bruta de vendas	177.539	152.374	189.321	162.286
Deduções da receita bruta	(38.155)	(33.593)	(39.328)	(34.587)
Impostos sobre vendas	(35.018)	(29.810)	(36.191)	(30.804)
Devoluções	(3.137)	(3.783)	(3.137)	(3.783)
Receita líquida de vendas	139.384	118.781	149.993	127.699
Mercado interno	131.262	111.876	139.634	118.537
Mercado externo	8.122	6.905	10.359	9.162

31 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2012 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	(4.834)	(9.137)	(4.834)	(9.137)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	52.150	51.305	51.639	50.847
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	7.056	7.612	7.056	7.612
Custo das mercadorias revendidas	24.828	18.718	25.173	19.089
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	514	627	514	627
Salários, encargos e benefícios a empregados	25.415	23.835	27.118	25.557
Mão de obra e serviços de terceiros	3.393	3.584	4.798	4.739
Amortização e depreciação	3.981	3.902	3.992	3.921
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	1.963	1.530	1.964	1.530
Comissões sobre vendas	3.193	2.730	3.193	2.730
Despesas com marketing e publicidade	1.452	1.191	2.272	2.241
Outras despesas comerciais	3.186	3.211	3.749	3.571
Outras despesas administrativas	825	596	837	611
Total	123.122	109.704	127.471	113.938

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011 são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços com partes relacionadas	742	900	(22)	-
Receita de serviços prestados a terceiros	215	133	215	133
Contrato de exclusividade bancária	2.100	-	2.100	-
Outras receitas	115	118	119	123
Total	<u>3.172</u>	<u>1.151</u>	<u>2.412</u>	<u>256</u>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências trabalhistas (nota 26)	(359)	(3.848)	(359)	(3.848)
Provisão para contingências cíveis (nota 26)	(81)	(1.659)	(82)	(1.665)
Tributos sobre outras receitas	(259)	(115)	(259)	(115)
Provisão para participação nos lucros	(1.506)	-	(1.776)	-
Outras despesas	(19)	(387)	(20)	(389)
Total	<u>(2.224)</u>	<u>(6.009)</u>	<u>(2.496)</u>	<u>(6.017)</u>
Total líquido	<u>948</u>	<u>(4.858)</u>	<u>(84)</u>	<u>(5.761)</u>

33 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o trimestre findo em 31 de março de 2012 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Variação cambial líquida		
Contas a receber	(1.473)	(893)
Fornecedores	213	(37)
Total	<u>(1.260)</u>	<u>(930)</u>

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2012 e 2010 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Receitas financeiras				
Juros	282	336	331	555
Descontos recebidos	134	37	140	45
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 14)	1.358	1.324	1.358	1.324
Atualização do ativo tributário (nota 16(a))	304	281	304	281
Atualização de contas a receber com partes relacionadas (nota 12)	1.974	2.262	1.974	2.262
Outros	211	23	211	23
Total	4.263	4.263	4.318	4.490
Despesas financeiras				
Juros	(4.210)	(4.697)	(4.250)	(4.757)
Encargos financeiros com tributos	(2.970)	(3.921)	(3.027)	(4.004)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(1.113)	(256)	(1.115)	(256)
Comissões e taxas de serviços	(335)	(347)	(340)	(352)
Deságios/despesas bancárias	(48)	(54)	(48)	(54)
Descontos concedidos	(369)	(220)	(371)	(224)
IOF	(109)	(192)	(113)	(192)
Outros	(271)	(19)	(271)	(29)
Total	(9.425)	(9.706)	(9.535)	(9.868)
Variação cambial líquida				
Aplicações financeiras	-	(9)	-	(9)
Empréstimos e financiamentos	1.236	999	1.236	999
Total	1.236	990	1.236	990
Total líquido	(3.926)	(4.453)	(3.981)	(4.388)

35 Resultado de operações descontinuadas

Em 17 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. A desmobilização do ativo está em andamento e os principais ativos e passivos desta unidade, bem como os resultados das operações descontinuadas para o trimestre findo em 31 de março de 2012, são resumidos a seguir:

Ativo	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	Passivo	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
	Circulante	576		592	Circulante
Disponibilidades	464	477	Fornecedores	9	9
Clientes	48	49	Obrigações sociais e trabalhistas	17	17
Outros	64	66	Aluguéis a pagar	722	743
			Dívidas com pessoas ligadas	37.306	38.405
			Patrimônio líquido	(37.478)	(38.582)
Total do ativo	576	592	Total do passivo	576	592

Não houve grupos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada.

	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Resultado das operações descontinuadas		
Receita líquida	-	549
Custo de produtos (serviços)	-	(472)
Lucro bruto	-	77
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-	(134)
Resultado financeiro	-	(2)
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	(59)

36 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	11.155	1.623	11.155	1.625
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Lucro básico por ação	0,07	0,01	0,07	0,01
Resultado das operações continuadas	11.155	1.623	11.155	1.684
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(59)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	159.009	159.009	159.009	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,07015	0,01021	0,07015	0,01059
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	-	(0,00037)

A Companhia não possui, nem possuiu durante o primeiro trimestre de 2012, ações em tesouraria. E a última emissão de ações ocorreu em 2007. Desta forma a quantidade média ponderada de ações é igual ao total que compõe o capital próprio (nota explicativa 29). Sendo que este é formado por apenas uma classe de ações ordinárias.

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

37 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes trimestre findo em 31 de março de 2012 são as seguintes:

	Em 31 de março de 2012			Em 31 de março de 2011		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	139.634	10.359	149.993	118.537	9.162	127.699
Custo dos produtos vendidos	(91.500)	(8.001)	(99.501)	(79.562)	(8.934)	(88.496)
Lucro operacional bruto	48.134	2.358	50.492	38.975	228	39.203
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(27.899)	(1.415)	(29.314)	(30.419)	(1.714)	(32.133)
Vendas, gerais e administrativas	(26.647)	(1.323)	(27.970)	(24.190)	(1.252)	(25.442)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(79)	(5)	(84)	(5.366)	(395)	(5.761)
Outras ganhos (perdas), líquidos	(1.173)	(87)	(1.260)	(863)	(67)	(930)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	20.235	943	21.178	8.556	(1.486)	7.070
% sobre a ROL	14%	9%	14%	7%	-16%	6%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

38 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de março de 2012 somam o montante de R\$ 2.416.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011
Menos de um ano	453	530
Mais de um ano e menos de cinco anos	214	290
Total	667	820

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2012, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

Coberturas	Controladora e Consolidado
	2012
Incêndio/raio/explosão qualquer natureza	84.000
Danos elétricos	3.600
Tumultos	1.000
Vendaval/fumaça c/impacto de veículos	25.000
Responsabilidade civil - operações	500
Responsabilidade civil - empregador	500
Lucro cessante dec. vendaval c/impacto	16.000
Lucro cessante dec. básica	35.115

A vigência da apólice corresponde ao período de 15 de novembro de 2011 até 15 de novembro de 2012, quando a Companhia tem a intenção de celebrar um novo contrato de seguros.

40 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Controladora		
	Ativo (Passivo)		
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011	
Transações com controladas			
Portobello América, Inc.	Créditos com Controladas - Contas a receber	37.306	38.405
Portobello Shop S.A.	Dividendos a receber	-	477
	Dividendos antecipados	(1.580)	-
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Créditos com Controladas - Contas a receber	2.832	2.832
	Créditos com Controladas - Mútuo	999	896
Mineração Portobello Ltda.	Adiantamento a fornecedores	1.209	1.232
Transações com empresas ligadas			
Refinadora Catarinense S.A.	Valores a receber	95.758	93.780
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	892	478
	Adiantamento de clientes	(289)	(569)
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	826	780
	Adiantamento de clientes	(407)	(198)
Gomes Participações Societária	Aluguel	(37)	(52)
		<u>137.509</u>	<u>138.061</u>

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Controladora		
	Receita (Despesa)		
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	
Transações com controladas			
Portobello Shop S.A.	Prestação de serviços	1.525	1.525
	Custo dos serviços prestados	(763)	(627)
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Venda de produtos	-	53
Mineração Portobello Ltda.	Compra de produtos	(512)	(457)
Transações com empresas ligadas			
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Venda de produtos	3.631	2.425
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Venda de produtos	1.591	1.093
Gomes Participações Societárias Ltda.	Aluguel	(51)	-
		<u>5.421</u>	<u>4.012</u>

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

Foram dados em garantia de empréstimos, da Controladora, recebíveis da controlada Portobello Shop. Estes em 31 de março de 2012 somavam R\$ 1.784. A controlada também é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e três empresas ligadas. Seguem transações:

Natureza	Ativo (Passivo)		Natureza	Receita (Despesa)		
	31 de março de 2012	31 de dezembro de 2011		31 de março de 2012	31 de março de 2011	
	Transações com controladas					
PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	Contas a receber	7	7	Royalties	-	15
Transações com empresas ligadas						
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	391	291	Royalties	958	622
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	188	81	Royalties	413	284
		<u>586</u>	<u>379</u>		<u>1.371</u>	<u>921</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas nos trimestres findos em 31 de março de 2012 são:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2012	31 de março de 2011	31 de março de 2012	31 de março de 2011
Remuneração fixa				
Salários	1.626	1.353	1.888	1.624
Honorários	430	428	697	692
Remuneração variável	395	312	439	411
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	-	-
Plano de previdência	104	110	156	165
Outros	241	201	296	256
Benefícios por desligamento	-	113	-	113
	<u>2.796</u>	<u>2.517</u>	<u>3.476</u>	<u>3.261</u>

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2012 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global do Conselho de Administração no montante máximo R\$ 5.100, o mesmo aprovado em 28 de abril de 2011 e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

41 Fato relevante

Em atendimento à Instrução CVM nº 358/02, Portobello S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 163 ("Portobello"), e Eliane S.A. – Revestimentos Cerâmicos, sociedade anônima, com sede na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Maximiliano Gaidzinski, 245 ("Eliane"), vem a público informar, juntamente com os acionistas controladores da Eliane, Max - Administradora de Bens e Participações Ltda., IARA-Participações Ltda., ARIELI Administração de Bens Ltda., B7 Participações Ltda., Tasso Participações Ltda. e Viga Participações Ltda., em complementação aos fatos relevantes datados de 23 de dezembro de 2011 e 30 de março de 2012, decidiram de comum acordo, após a conclusão das diligências previstas no Memorando de Entendimentos, encerrar as negociações que visavam a associação das empresas.

42 Auditoria Independente – Instrução CVM Nº 381/2003

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa visa avaliar o conflito de interesses, e se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem de acordo com as normas internacionais atuais em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia; (c) o auditor não deve promover os interesse da Companhia.

Em atendimento a determinação da Instrução CVM Nº 381/2003, informamos que no trimestre findo em 31 de março de 2012, contratamos nossos Auditores Independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa conforme descritos a seguir:

Outros Serviços	Data da Contratação	Vigência	Valor (R\$ mil)	% sobre contrato de Auditoria Externa
Auditoria referente processo de <i>Due Diligence</i> , relativo à possível fusão entre a Portobello S/A e Eliane S/A.	09/01/2012	De 5 a 6 semanas	R\$ 559	222%

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria efetuados na Portobello S/A e suas controladas. A política de atuação com a Portobello S/A na prestação de serviços não relacionados a Auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados nos referidos serviços.

Portobello S.A.
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2012
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Portobello S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. e Portobello S.A. e sociedades controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 10 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC

Mario Miguel Tomaz Tannhauser Junior
Contador CRC 1SP217245/O-8 "S" SC

**Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais e Relatório de Revisão
Especial dos Auditores Independentes**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 29, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2012; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2012.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

Rildo Pinheiro – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

São Paulo, 10 de maio de 2012.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

Rildo Pinheiro

Mauro do Valle Pereira